



O Socialista

Liga Operária Internacionalista



JORNAL DA LOI - BRASIL

Nº 111 - ABRIL/MAIO DE 2019

R\$ 3,00

VALOR DE CONTRIBUIÇÃO R\$ 5,00



CEM DIAS DE GOVERNO BOLSONAROSEGUE ABERTA A CRISE POLITICA E INSTITUCIONAL NO BRASIL

Editorial Pags. 2e 3

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: Nenhuma negociação!

Pags. 6 e 7

CRISE DAS MONTADORAS Pag. 10

VENEZUELA: Uma saída anti-imperialista, operária e revolucionária! Pags. 4 e 5

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO: BALANÇO DA GREVE Pag.8

EDUCAÇÃO: Amplia-se a politica privatista Pag. 9

EDITORIAL

O FMI rebaixou novamente a expectativa de crescimento do PIB em nível internacional. Além de não encontrarem saída para a crise econômica do imperialismo, vários países se vêem em crise social com o aumento da miséria.

A União Européia (UE) tem sua crise aumentada pela dificuldade da primeira ministra da Inglaterra, Theresa May, em aprovar no parlamento o acordo de saída do país do bloco. O que foi adiado por mais seis meses.

Nas últimas semanas, um fenômeno com a curva de juros nos EUA agravou as preocupações sobre a economia do país, com analistas vendo nisso um forte sinal de risco de recessão próximo. O que aconteceu foi uma aproximação entre a curva de juros de curto e longo prazo. Uma situação como essa significa que alguém que faça um investimento nos EUA para realizar o resgate em 2 anos pode ter rendimentos parecidos ou até maiores do que alguém que escolha um prazo de 10 anos, por exemplo. O problema é que, nas últimas vezes em que isso aconteceu, os EUA entraram em recessão pouco tempo depois. Dito isso, há economistas sérios que acreditam que os Estados Unidos estão à caminho de uma recessão - não neste ano, mas em 2020. Nouriel Roubini, que previu a crise de 2008, é um deles. Ele também avisa que a próxima recessão será mais difícil para o governo dos EUA e o Fed que a anterior. A China também tem com o que se preocupar - ali, há o crescimento das dívidas do governo e das empresas, que pode comprometer a estabilidade financeira do país. Pesquisas recentes com as empresas do país mostram que o número de encomendas novas recebidas pelas fábricas caiu em dezembro de 2018. É a primeira vez que isso acontece nos últimos dois anos.

Tudo considerado há boas razões para considerar as perspectivas de 2019 em diante mais nebulosas do que jamais estiveram em anos. A situação dos países semicoloniais é cada vez pior.

Os problemas econômicos e sociais têm levado a explosões sociais que acabam derrubando os governos de vários países. O Sudão está vivendo manifestações desde dezembro, causadas pelo aumento dos preços dos bens de consumo. Os protestos em massa levaram Bashir, que estava no poder há 30 anos, a dissolver o gabinete e a declarar o estado de emergência nacional por um ano. Foi destituído por uma Junta Militar, mas o chefe do Conselho Militar foi obrigado a renunciar 24 horas depois de assumir, pois os manifestantes permaneceram mobilizados contra qualquer pessoa associada ao regime anterior.

Dito anos depois da queda e morte de Muammar Kadhafi, a Líbia continua dividida onde há interesses de vários de grupos, nacionais e estrangeiros. É a batalha que está em curso tem como objetivo principal o controle da capital, Trípoli. E está sendo liderada pelo antigo general Khalifa Haftar, ex-aliado de

Kadhafi. O governo instalado em Trípoli é reconhecido pela ONU e mais diretamente pela Itália. Mas, Khalifa Haftar apóia um outro Governo, com sede em Tobruk, que conta com a ajuda de países como o Egito e os Emirados Árabes Unidos, e com a simpatia do Presidente francês, Emmanuel Macron. Essa disputa gira em torno do petróleo e do gás.

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, na tentativa de garantir sua reeleição no final deste ano, determinou o congelamento de 60 itens básicos e das tarifas de água, luz e gás. A inflação argentina ultrapassa 50% ao mês.

Essa crise econômica que vive a Argentina traz problemas para o Brasil, pois esse país é o principal parceiro econômico do Brasil na América do Sul.

Até agora os países se reúnem e rechaçam a intervenção militar na Venezuela. No entanto, não é uma hipótese descartada pelo governo norte-americano.

Apesar de todo alarde, a eleição de Bolsonaro não fechou a crise política e institucional do país. Isso porque o Brasil segue a dinâmica internacional de crise econômica e não registra nenhuma retomada da produção, com o índice de desemprego retornando ao patamar de mais de 13 milhões de desempregados.

Alinhado politicamente ao presidente norte-americano, Donald Trump, Bolsonaro defende medidas de ataque aos trabalhadores e suas organizações e também aos movimentos sociais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) está dividido e acuado pelas decisões individuais ou coletivas de seus ministros, pelo risco dos mais de 20 pedidos de *impeachment* de seus membros, pela possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Judiciário. E agora com a decisão do presidente Dias Toffoli, acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes, de censurar as mídias sociais e a imprensa, da qual tiveram que recuar a crise institucional se agudiza.

Após cem dias, Bolsonaro apresenta o pior índice de popularidade, que um presidente teve em igual período, desde o fim da ditadura militar (1985).

Até agora, o "carro chefe" da política econômica, defendido pela equipe do presidente - a Reforma da Previdência - não está caminhando de acordo com o planejado por Bolsonaro. Com isso, um setor do mercado financeiro e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) dá sinais de insatisfação com o governo.

A decisão inicial de transferir a embaixada brasileira para Jerusalém, seguindo a medida do presidente dos Estados Unidos,

Donald Trump, gerou apreensão entre os exportadores de carne de frango, pois o Brasil é o maior exportador global de carne halal, produzida de acordo com os preceitos da religião muçulmana, e já abalou relações com o Egito e pode em breve provocar problemas com outras nações islâmicas.

Alguns setores do agronegócio como carne, suco de laranja, algodão e soja estão alarmados com o viés anti-China do governo, pois fazem grandes exportações para esse país, somado à retomada das negociações entre EUA e China que poderá causar grande redução das importações de grãos pela China. Além disso, o primeiro parceiro comercial do país, a Argentina, encontra-se atolada em uma grave crise econômica, o que já está afetando as exportações brasileiras para esse país.

A decisão do presidente, na noite de 11 de abril, em barrar o reajuste do óleo diesel determinado pela Petrobrás provocou uma perda de R\$ 32 bilhões nas ações dessa estatal e subida do dólar. Paulo Guedes, ministro da Economia, nem foi consultado.

Após uma reunião da empresa com o presidente e vários ministros, Bolsonaro fez uma série de promessas que não respondem às duas principais reivindicações dos caminhoneiros: tabelamento do frete e redução do preço do Diesel. Nas palavras de um dos líderes dos caminhoneiros autônomos, Wanderlei Alves, o Dedeco, "Nada do que o ministro anunciou nos ajuda. É um avanço conseguir pegar dinheiro no BNDES a baixo custo? É. Mas hoje, mais da metade dos caminhoneiros estão com o nome sujo no Serasa. Nós vamos conseguir pegar esse crédito?".

E a Petrobrás anunciou um aumento de R\$ 0,10 por litro do combustível, uma pequena redução em relação ao anunciado anteriormente.

O governo Bolsonaro elegeu como parte central de sua política econômica a mentira de que realizando a reforma da previdência, ocorreria a retomada do crescimento. No entanto, todos os países que tomaram essa medida, não saíram da crise (Grécia, Portugal, Espanha etc.).

A contradição de sua "política liberal" com a realidade alimenta muitas das crises políticas combinadas às declarações desastrosas de Bolsonaro, de seus filhos, de seus ministros ou de membros de seu partido, o PSL (Partido Social Liberal). Criando verdadeiros "nós", além disso, o presidente está enfrentando inúmeras dificuldades nas suas relações com o Congresso, particularmente com a Câmara dos Deputados, pois, segundo ele, não aceita a relação do "toma lá, dá cá".

Mas, tanto os velhos parlamentares como os novos trazem no seu DNA a concepção fisiológica da política burguesa e não pretendem abrir mão dela. Bolsonaro terá que negociar cargos, ministérios, primeiro e segundo escalões e concessão de verbas, se quiser aprovar a Reforma da Previdência.

O presidente já teve que realizar um contingenciamento de verbas orçamentárias que irá afetar inúmeras áreas como saúde, educação e até o Censo do IBGE, assim como das ver-

bas parlamentares.

Suas últimas declarações têm causado indignação em vários setores da sociedade, como a intenção de "reescrever" a história do golpe militar de 1964 nos livros didáticos brasileiros; a defesa das ditaduras do Paraguai, Chile e Argentina; e frente ao fuzilamento no Rio de Janeiro de um músico que estava dentro de um carro com sua família, e a morte de Luciano Macedo que tentou ajudar a família, disse: "O Exército não matou ninguém. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de assassino".

Os povos indígenas mobilizam-se no "Acampamento Terra Livre", em Brasília, entre os dias 24 e 26 de abril frente a ameaças de redução de novas demarcações e revisão das existentes, além do risco de exploração mineral e agropecuária das reservas. O ministro da Justiça, Sergio Moro, alegando preocupação com a marcha dos indígenas em Brasília e o acampamento, autorizou o uso da Força Nacional para segurança da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes nos próximos 33 dias. Esse prazo pode ser estendido com caráter preventivo para evitar movimentação dos caminhoneiros e manifestações do 1º de maio e também demonstra a preocupação com a realização de uma greve geral, que tem por indicativo das centrais sindicais o dia 15 de maio.

O dia 1º de maio está sendo chamado de forma unificada pelas centrais sindicais com o eixo contra a reforma da previdência. No entanto, isso não é a assência dessa unificação. O que une as centrais é a luta contra o estrangulamento financeiro que o governo Bolsonaro e as empresas estão impondo aos sindicatos.

Tanto Solidariedade/Força Sindical, quanto o PT/CUT têm a política de apresentar remendos no projeto. Basta ver o PT na Câmara dos Deputados, especialmente na Comissão de Educação, que através da deputada Rosa Neide (PT-MT), pretende sugerir uma nova redação para o trecho da reforma que trata da aposentadoria dos professores.

Isso é um empecilho para a derrubada do projeto do governo. Sugerir emendas no mesmo significa que concorda com ele.

O dia 22 de março foi uma demonstração importante da insatisfação dos trabalhadores. Mas não basta uma sucessão de dias de mobilização tendo como objetivo uma greve geral apenas no dia da votação da Reforma.

É necessária a preparação de uma greve geral por tempo indeterminado para a retirada desse projeto e para isso deve haver a realização de assembleias de base em todas as categorias.

E também é necessário derrotar as direções reformistas e retomar os sindicatos para as mãos dos trabalhadores.

Por um 1º de maio internacionalista, antiimperialista e de independência de classe!

Contra a intervenção norte-americana na Venezuela!

Uma saída anti-imperialista, operária e revolucionária!

Em 10 de janeiro passado, Nicolas Maduro assumiu seu 2º período como presidente venezuelano. As eleições presidenciais foram em 20 de maio de 2018, com uma abstenção maior que 70%, mostrando a precariedade institucional do poder burguês no país. Não reconhecendo aquelas eleições, a oposição venezuelana se entrincheirou em outra instituição da república burguesa, a Assembleia Nacional, plataforma na qual o direitista Juan Guaidó se autoproclamou “presidente encarregado” em 23 de janeiro. A jogada está indubitavelmente dirigida por Washington, que reconheceu Guaidó em seu “cargo” em menos de 30 minutos. O imperialismo, comandado por Trump, vinha chamando para o não reconhecimento do governo de Maduro desde 10/01, primeiro através dos governos capachos do chamado grupo de Lima (com exceção do México, que se postula como mediador) e logo abertamente, através de funcionários de sua administração como Bolton, Pompeo, e o próprio vice-presidente Pence. Guaidó tomou como eixo de sua orientação o chamado para as forças armadas (FAB) rebelarem-se. A oposição burguesa venezuelana, frente a sua própria debilidade, compreende que a chave da situação é a relação de forças em nível continental e leu a ofensiva de Trump e a posse de Bolsonaro como uma oportunidade para dar uma saída favorável a seus interesses (os mesmos que os do imperialismo) para a crise que o país atravessa há anos. É que as bases da economia capitalista vêm se deteriorando de forma acelerada nos últimos anos, com uma inflação galopante que destruiu o salário operário e

empurrou centena de milhares para a migração pelo desabastecimento de produtos alimentares, médicos e sanitários. Este desmoronamento econômico, sem deixar de ser responsabilidade do governo chavista, é sem dúvida parte da crise capitalista mundial.

Pressão imperialista

A pressão norte americana sobre a Venezuela e o conjunto da região se faz cada vez mais evidente e ficou exposta particularmente com o operativo montado em 23 de fevereiro nas fronteiras, através do qual Guaidó tentou introduzir caminhões com alimentos e medicamentos doados pelos EUA e Colômbia, buscando pressionar as forças de segurança, que até agora não responderam favoravelmente às ofertas e ameaças do próprio Trump, para que abandonem Maduro e mudem de bando. O objetivo era quebrar a disciplina das forças, mostrando que o regime bolivariano não pode controlar suas fronteiras, utilizando setores de massas mobilizados pela crise econômica

e social como bucha de canhão. Se este objetivo não fosse conseguido, pretendiam filmar ao vivo um massacre que fosse interpretado como uma das famosas “linhas vermelhas” do imperialismo (como as que fixou Obama na Síria em relação à utilização de armas químicas), quer dizer, um pretexto para justificar uma intervenção militar que Trump se veria cinicamente “obrigado”, sobre o sangue do povo desesperado. Finalmente, esta operação fracassou ao não conseguir nem um nem outro, e obrigou Guaidó a um giro pela Colômbia e Brasil buscando rearmar a ofensiva pelo exterior. O fracasso da opereta “humanitária” do imperialismo, não obstante, está longe de fechar a crise em curso. O apoio da Rússia e da China a Maduro tem um limite, como a sustentabilidade de uma economia capitalista em franca derrapagem.

Dois bandos burgueses

Por trás desta luta cada vez mais encarniçada pelo poder estão os interesses pelo controle dos enormes recursos econômicos da Venezuela e de toda a região. Trump está lançando uma cruzada para desalojar a China das posições conquistadas durante o período de governos bonapartistas sui generis da década passada, que tiveram que lidar com uma agenda marcada por semi-insurreições espontâneas frente às consequências das políticas do Consenso de Washington em diferentes países como Argentina, Bolívia, Equador e a própria Venezuela. A atual ofensiva do imperialismo para impor uma nova orientação se faz sentir com toda crueza, e os restos desses governos anteriores que não souberam se acomodar à situação (diferente de Evo Morales, novo amigo de Bolsonaro e Macri, e velho aliado das petroleiras) são um alvo predileto para uma política muito mais abrangente. É que toda a região, através de governos mais diretamente alinhados ao amo ianque, está sendo submetida aos pacotes de reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais, educacionais e da saúde, entre outras, a pedido do imperialismo e dos interesses das grandes empresas do capital financeiro internacional.

Se a luta pelos recursos e o controle dos mercados é encarniçada, e abre uma luta pelo poder, o trágico é que a crise de direção revolucionária impede no momento o proletariado venezuelano e de toda a região apresentar uma saída revolucionária através de uma ação independente e de classe. Não podemos deixar de assinalar como todas as expressões de centro esquerdas e progressistas da região têm contribuído para esta tragédia, alimentando expectativas em agentes do capital como os Chaves, os Lulas, os Evos e os Kirchner. Mais penoso

ainda é que correntes da esquerda trotskista fizeram o mesmo, buscando dialogar com “as massas”, embelezando os governos latino-americanos ao máximo como o “mal menor” frente à direita “neoliberal”. O último exemplo disso é o chamado de correntes como a LIT-QI, FT-QI, o PO argentino, o SOB ou a UIT-QI a apoiar, mais ou menos abertamente, o petista Fernando Haddad no 2º turno das eleições no Brasil contra Bolsonaro.

Opor ao Imperialismo a luta revolucionária do proletariado

O desenvolvimento da crise venezuelana deixou exposto o papel central das forças armadas como núcleo central do estado capitalista. Por isso os chamados desesperados da oposição para atraí-las para seu bando e os constantes gestos de Maduro para mostrar o apoio das baionetas ao seu governo, tal como expôs em seu último discurso o ministro da Defesa, Vladimir Padrino López. Por isso, as ameaças de Trump à alta oficialidade, dizendo-lhes que vão “perder tudo” se não passam imediatamente para o bando de Guaidó. A situação de polarização que se vive na Venezuela não deve ser tomada como uma exceção, mas como o prelúdio dos choques políticos e sociais que acarretará a política norte americana no continente.

A política de reformas impulsionada pelo imperialismo já encontra resistência nos países nos quais está sendo aplicada. Não só na América Latina, mas também na Europa, onde os “coletes amarelos” vêm enfrentando a política de desmantelamento do estado de bem estar social de Macron. Os processos de massas irrompem contra os planos de ajuste, mas ainda se desenvolvem dentro da legalidade burguesa e com direções reformistas e, em grande parte desses processos, o proletariado intervém de forma diluída.

Os revolucionários devemos enfrentar a situação com audácia e sem enganar o proletariado. A política de classe deve se orientar para romper a envoltura democrática do Estado burguês, cada vez mais tênue e quase inexistente nos países latino-americanos. Seguir semeando ilusões nas formas democráticas da burguesia, que na realidade pretendem ocultar a dominação de classe do imperialismo, é um erro com consequências funestas para os trabalhadores e as massas.

A necessidade de recuperar os sindicatos e a partir deles organizar a autodefesa é uma tarefa de primeira ordem na Venezuela. Frente à evidente negociação com o imperialismo, que vem sustentando a alta oficialidade das Forças Armadas Bolivarianas, onde discutem como poderiam repartir o espólio das riquezas do país, os sindicatos e organizações operárias têm que chamar as tropas a se sublevar contra a oficialidade e defender as medidas e ações da classe operária. O controle operário por ramos econômicos se impõe como única saída para o desmoronamento econômico ao qual Maduro submete o

povo e a oposição pró imperialista. Um congresso de delegados eleitos pela base é uma política que deve ser defendida em cada fábrica e estabelecimento, para unificar nossa classe na necessidade de enfrentar o Estado com um plano de luta e discutir um programa de saída operária para a crise gerada pelos capitalistas.

As atuais debilidades organizativas da classe operária venezuelana podem e devem ser superadas com o apoio decidido dos trabalhadores de todo o continente, começando pelo proletariado norte americano, que desenvolve importantes experiências de organização e luta contra Trump e o Estado imperialista. Abrir as portas dos sindicatos dos diferentes países da região para a organização dos trabalhadores venezuelanos deslocados é uma tarefa internacionalista de primeira ordem que deve encarar todo revolucionário.

Trata-se de uma luta de morte contra o imperialismo, que está recuperando as posições em seu pátio traseiro. Uma luta antiimperialista e revolucionária, que deve partir de fazer um balanço dos governos da etapa anterior que, longe de enfrentar o imperialismo, assentaram as bases para a ruína atual. E lutar pela Ditadura do Proletariado e sua extensão internacional em uma Federação de Repúblicas Socialistas da América Latina.

Defendemos a necessidade de desenvolver uma Conferência Latino Americana, para discutir com a vanguarda e ajudar seu desenvolvimento em países como a Venezuela e outros países da região, para impulsionar tarefas internacionalistas que permitam assegurar núcleos revolucionários e uma luta política entre as tendências que nos reivindicamos do trotskismo para nos aproximarmos a construir as bases de uma direção revolucionária. Chamamos a LIT-QI, a CRCI, FT-QI e organizações que ainda reivindiquem a Ditadura do Proletariado e a reconstrução da IV Internacional a tomar em suas mãos a realização de tal Conferência para discutir um programa transicional.

Defendemos:

Abaixo a ingerência imperialista na Venezuela!

Fora as tropas do Haiti!

Por uma Federação de Repúblicas Socialistas da América Latina!



Contato: loioposicaodeluta@gmail.com

Nenhuma negociação: derrubada da Reforma da Previdência!

A Reforma da Previdência insere-se no conjunto de políticas de ataque aos trabalhadores em todo o mundo; políticas com as quais o imperialismo busca encontrar uma saída para a crise estrutural do capitalismo. Através de ajustes e reformas fiscais, previdenciárias, trabalhistas, sociais e educacionais, a burguesia intenta impor uma nova relação entre o Estado e as classes sociais, rompendo com os pactos e instituições construídos no pós-guerra (como o estado de bem estar social nos países imperialistas) repassando aos trabalhadores os custos de manutenção do aparato estatal, bem como de suas prerrogativas sociais. Na última década, países como França, Alemanha, Espanha, Grécia e Rússia aplicaram reformas previdenciárias que aumentaram a idade mínima e o tempo de contribuição. Outros países, como Portugal, Dinamarca, Itália, Suécia e Reino Unido realizaram mudanças além do aumento gradual na idade mínima, como novos cálculos para o benefício, corte nas aposentadorias já pagas ou mudanças no regime de repartição, incluindo a capitalização.

Nos países semicoloniais, na América Latina, as reformas e ajustes se apresentam com maior crueldade. Isso porque, na atual conjuntura, o imperialismo também modifica suas relações interestatais, abrindo disputas políticas e comerciais e disciplinando as semicolônias com maior ingerência e com uma política clara de exportação da crise. Neste sentido, estes países orientam sua política de estado aos interesses do imperialismo, aumentando ainda mais o grau de exploração de seus trabalhadores. No Brasil, a Emenda Constitucional 95 (congelamento dos gastos por 20 anos), a reforma trabalhista, a reforma do Ensino Médio e agora, a reforma da Previdência buscam diminuir consideravelmente o aporte estatal na garantia de serviços e direitos, transferindo para os trabalhadores o custo de sua própria exploração.

O projeto da reforma de Bolsonaro

O governo Bolsonaro atua neste sentido: procura ser o capacho do capital imperialista na sua exploração feroz por manutenção de seus lucros e dividendos. Por isto apresenta uma reforma da Previdência mais agressiva do que as reformas apresentadas por governos passados, incapazes de aprová-la. Este projeto prevê a desconstitucionalização da Previdência, facilitando novas reformas futuras com aprovação de maioria simples no Congresso. Também decreta o fim da aposentadoria por tempo de contribuição, do acúmulo de aposentadoria com pensão e da vinculação do benefício previdenciário ao salário mínimo. Impõe idades mínimas de 62 e 65 para mulheres e homens, respectivamente, com projeção de aumento gradual a medida que a expectativa de vida também aumente. Além disso, determina em 20 anos o tempo de contribuição mínimo para a

aposentadoria com benefício de 60% (calculado com base na média de todas as contribuições realizadas e não mais a média sobre 80% das maiores contribuições). Para o benefício integral (100% da média de todas as contribuições), o trabalhador deve ter, além da idade mínima, 40 anos de contribuição. Isto, num país onde o desemprego é estrutural, pois não há recuperação dos postos de trabalho. O índice do desemprego de longa duração atinge 4,8% da força de trabalho. No total, o desemprego soma 27,9 milhões de desocupados (sem ocupação ou com trabalhos de poucas horas), além de 4,9 milhões de desalentados (que desistiram de procurar emprego). Ou seja, não há perspectiva de o trabalhador médio brasileiro reunir os critérios de idade e tempo de contribuição para se aposentar. A reforma da Previdência significa, na prática: trabalhar até morrer!

O projeto também disciplina estados e municípios a criarem a Previdência Complementar e lhes dá autonomia para cobrança de até 22% na alíquota previdenciária de servidores públicos. Outra mudança proposta no projeto é do sistema de repartição social da previdência para o regime de capitalização, no qual a contribuição do trabalhador é gerida pelos bancos no mercado financeiro. Esse sistema, adotado nos anos 80 e 90 em alguns países na América Latina, hoje é responsável pela miséria de muitos trabalhadores ao se aposentarem. No Chile, por exemplo, a maioria dos aposentados recebe menos do que um salário mínimo, enquanto na Colômbia e no México, 7 em cada 10 trabalhadores correm o risco de ficar sem aposentadoria. Além disso, a reforma acaba com as aposentadorias especiais de professores e trabalhadores rurais e determinará para alguns tipos de pensões, a metade de um salário mínimo. Num contexto de alto desemprego e terceirização dos postos de trabalho, muito próximos à informalidade, a Reforma da Previdência representa, na prática, o fim da seguridade social.

Fim dos privilégios?

Para aprovar uma reforma impopular, o governo Bolsonaro, ressuscita o velho discurso do fim dos privilégios, afirmando que a reforma é necessária para garantir crescimento econômico e que é justa porque inclui todos os trabalhadores, acabando com os "privilégios" de alguns (especialmente, servidores públicos). Contudo, alguns são mais alguns que outros. Bolsonaro aliviará para parte de sua base eleitoral, militares e bancada da bala, o impacto da reforma. Para os militares, o governo manterá o Sistema de Proteção Social dos Militares (a previdência própria deles) aumentando o tempo de contribuição de 30 para 35 anos e aumentando a alíquota de 10,5% para 14%. Para "compensar", o projeto dos militares prevê a

reestruturação da carreira, dobrando os valores da ajuda de custo quando o militar se aposenta e implementando gratificações que variam de 5% a 32% do soldo. Na prática, as mudanças no Sistema de Proteção Social economizam \$97,3 bilhões enquanto a reestruturação da carreira amplia os gastos em \$86,85 bilhões. Atualmente, o déficit previdenciário dos militares é de \$40 bilhões por ano. Para Bolsonaro, a reestruturação restabelece “perdas” que os militares acumulam desde a promulgação da Medida Provisória 2215/10, implementada pelo governo Fernando Henrique (PSDB), que acabou com a promoção automática para militares que passavam para a reserva remunerada, com o auxílio-moradia e com o adicional de inatividade. Enquanto deputado, Bolsonaro tentou colocar esta MP em votação no plenário nos governos Lula e Dilma (PT) e fez de sua extinção uma promessa de campanha eleitoral, abraçada pelos militares. Já para os servidores de Segurança Pública (polícia federal, polícia civil, agente penitenciário e agentes sócio-educativos) estarão garantidas a paridade (a aposentadoria acompanha os aumentos e reajustes dos salários de servidores da ativa) e integralidade (aposentadoria igual ao salário do último cargo), mesmo para quem ingressou depois de 2003, ano da reforma previdenciária que acabou com a integralidade dos servidores públicos.

As direções apostam na saída parlamentar e não constroem a luta

Logo após entregar ao Congresso o projeto da Reforma, o governo Bolsonaro abriu uma crise política com os parlamentares e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). A disputa política entre os poderes institucionais da democracia burguesa acirrou-se com a sobrevida da Lava Jato, com os ataques de apoiadores de Bolsonaro e seus filhos ao STF e com o desapontamento de bancadas tradicionais no Congresso com as negociações de Bolsonaro sobre políticas internas e acordos comerciais internacionais. Maia chegou a afirmar que não articularia mais a Reforma da Previdência no Congresso, sendo-a responsabilidade do Presidente. Bolsonaro, por outro lado, tentou medir forças, afirmando que negociação com o parlamento é prática da “velha política”, sugerindo (especialmente para sua base eleitoral) que toda negociação política é, por si mesma, corrupta. Porém, o capital imperialista tem pressa na aprovação da Reforma e a possibilidade de vacilo na sua aprovação desencadeou oscilações no mercado e alta do dólar, além de uma pressão direta sobre o governo, fazendo com que mais uma vez o governo Bolsonaro recuasse e abrisse negociação com cinco partidos para articular a aprovação da reforma, bem nos moldes da “velha política”.

As direções políticas e sindicais, por outro lado, totalmente desarticuladas e recuadas continuam apostando na pressão parlamentar e na crise política do governo para retardar a aprovação da reforma. Esperam que, como no governo Temer, a crise política paralise os trabalhos do Congresso e que a

pressão parlamentar resulte na ausência de votos suficientes para a aprovação da reforma, demonstrando total adaptação ao Estado democrático burguês. Os partidos reformistas e centristas priorizam, na discussão da reforma, a questão da existência ou não do déficit na Seguridade Social e apontam como “saída” políticas de administração do estado burguês como taxação de fortunas e execução das dívidas de empresas devedoras de impostos. Já o imobilismo das direções, inclusive, é lido como mais um motivo para criticar a ineficiência do governo em não aproveitá-lo para aprovar a reforma: Sérgio Fausto, superintendente do Instituto FHC, afirmou em evento organizado pelo banco Bradesco “é preciso ser politicamente muito incompetente para não aprovar uma reforma em meio à *fraqueza da oposição e dos sindicatos* e num cenário em que governadores, municípios e parte do Congresso se colocam a favor dela. Uma pessoa que tem enorme dificuldade de compreensão da realidade”. (Folha UOL 02/04/2019)

Até o momento, foram organizados pelas centrais e movimentos sociais apenas dois atos contra a reforma sem nenhuma organização de base para a construção de uma Greve Geral. Apesar do enorme controle das centrais com suas políticas adaptadas, ambos demonstraram grande disposição de luta, não só pelo número de manifestantes nas ruas, como também pela realização de inúmeras assembleias por categorias e algumas paralisações. O fato é que não se posicionam contra a Reforma da Previdência, mas contra este projeto de Reforma da Previdência e, portanto, pretendem abrir espaço para negociá-la em melhores condições. Como o faz, por exemplo, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) chamando a Greve Geral da Educação *se* o projeto for aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e, ao mesmo tempo, constituindo com seus parlamentares uma Comissão de Educação para propor alterações no projeto que atenuem as regras de aposentadoria para professores. Ou seja, ao invés de organizar a base e construir um plano de luta com métodos próprios da classe trabalhadora, canalizam a luta para dentro do parlamento, como forma de garantir o aparato sindical totalmente colado ao estado burguês e, portanto, sua própria sobrevivência como burocracia sindical.

É mais do que urgente que os trabalhadores deem uma batalha pela independência de classe no interior dos sindicatos, recuperando-os das burocracias sindicais, para colocar em pé um plano de lutas classista que derrube a Reforma da Previdência e demais ataques do governo. **Não há saída para os trabalhadores dentro da democracia burguesa! É preciso construir a Greve Geral por tempo indeterminado pela derrubada da Reforma da Previdência!**

Contato: loioposicaodeluta@gmail.com

Após 33 dias de greve do funcionalismo municipal de São Paulo, direções sindicais colaboram com o governo e põe fim à luta pela revogação da Reforma da Previdência.

No último dia 08 de março, foi encerrada, após 33 dias, a greve unificada dos servidores municipais de São Paulo. É o curso concretizado de uma derrota imposta a esses trabalhadores, uma vez que não se revogou a Reforma da Previdência aprovada pelo governo Covas no final do ano passado. Levantada pelo Fórum das Entidades sindicais de conjunto, a suspensão da greve contou com a manobra dessas direções na assembleia e com o apoio em forma de “abstenção” de correntes centristas no interior do sindicato. Objetivamente, apenas os trabalhadores com os pisos mais baixos (servidores de nível básico e médio) conquistaram míseros abonos emergenciais em seus salários. Além disso, o governo só acenou com o pagamento dos dias parados e com o “compromisso” de não aumentar as alíquotas previdenciárias para além dos 14%, quando da aprovação da Reforma da Previdência do governo Bolsonaro (que permitirá que estados e municípios aumentem para até 22%) e de manter as aposentadorias futuras, reconhecendo portanto, o definhamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) com a aprovação do Regime Complementar (SampaPrev).

Esta greve, em relação às anteriores, avançou, quanto ao método de luta, na questão da unidade do funcionalismo, que se deu pela dezena de organizações sindicais que compunham o Fórum das Entidades e que organizaram as assembleias e negociações com o governo; como também pela base, que ampliou as experiências de comandos unificados discutindo ações regionais e paralisando os equipamentos públicos. Contudo, os trabalhadores da educação, mais da metade do funcionalismo e com maior experiência de lutas, estiveram à frente com um número grande de escolas fechadas ou parcialmente fechadas e com a experiência inédita na rede municipal de não iniciar o ano escolar. Essa predominância dos trabalhadores da educação alavancou a burocracia do Sinpeem para a direção desta greve, dirigindo as assembleias e pautando as reuniões do Fórum das Entidades.

A luta pela revogação do SampaPrev, aprovado em 26 de dezembro de 2018, foi o elemento político central da unificação dos servidores. Contudo, o Fórum das Entidades criou uma pauta com mais itens para forçar alguma negociação com o governo: valorização do serviço público (pelo fim das terceirizações e abertura de concursos); valorização do servidor público (com índice geral de reajuste salarial em 10%). Assim, durante os 33 dias, deram muito mais ênfase no aumento da alíquota previdenciária, de 11% para 14%, na questão da revogação do SampaPrev, caracterizado como confisco salarial, deixando em segundo plano o ataque ao Regime Próprio.

A prefeitura, por sua vez, tinha a reforma da previdência municipal totalmente alinhada à Reforma da Previdência federal, antecipando-se ao que prevê o projeto do governo Bolsonaro (PSL): criação de regimes complementares nos estados e municípios e autonomia desses para aumentarem as alíquotas previdenciárias em até 8%. Esse alinhamento nas reformas, fortaleceu e conferiu ao governo Bruno Covas (PSDB) melhores condições de derrotar o movimento. Desde o início da greve, o governo se utilizou de intimidação e intransigência na negociação da pauta.

Solicitou diariamente os nomes e registros dos lutadores, afirmou que contrataria professores para garantir as aulas e ordenou o desconto dos dias parados e aplicação de falta injustificada aos grevistas. A suspensão do pagamento teve um impacto forte sobre o movimento. Na educação, grande parte dos diretores estavam em greve e recusaram-se a apontar as faltas. Nas escolas com baixo índice de adesão, contudo, o pagamento foi suspenso. Porém, em outros equipamentos públicos, especialmente da saúde, a direção já é terceirizada pelas Organizações Sociais (OS's) e, portanto, cumpriu com todas as orientações do governo. Desse modo, o Fundo de Greve tornou-se central para que o amplo movimento se mantivesse. As burocracias das entidades tentaram impedir e, mesmo aprovada em assembleia, a abertura do fundo de greve não foi efetuada, pois alegaram ausência de recursos e degladiaram-se para responsabilizar os aportes financeiros. Já as correntes reformistas e centristas apontaram a discussão do corte de ponto como violação do direito constitucional de greve, mostrando total adaptação à democracia burguesa e seu regime e apresentando-as como o limite ao movimento.

O fato é que o movimento seguiu isolado pelas direções e centrais. Nos últimos dias, houve um processo de recuo com o corte de salários e, ao mesmo tempo, rompantes de radicalização, havendo disputas com as direções sobre trajetos e cortes de via e ocupações em Diretorias de Ensino. A base planejava de forma autônoma o travamento de vias em oito pontos cruciais da cidade e a ocupação simultânea das Diretorias Regionais de Ensino. Assim, é evidente que havia fôlego pela continuidade. As burocracias presentes no fórum, que desde o início encarceravam o processo de luta na questão do aumento do desconto, após a apresentação da proposta de Reforma da Previdência nacional de Bolsonaro, iniciaram de forma oportunista o direcionamento de ações para de “construção” da Greve Geral. Isso implicava aceitar a Reforma Municipal e conduzir o movimento para uma futura luta nacional, dirigida pelas centrais. Dessa forma, iniciaram um processo de desmobilização (ausência do fundo de greve, insuficiência de materiais para os atos, manipulação dos trajetos aprovados em assembleia etc.) e enfatizando nas assembleias apenas a negociação do pagamento dos dias parados.

É fundamental observar que essa greve foi de resistência, sobretudo, política, pois a luta pela revogação da Reforma da Previdência, sobrepõe à classe trabalhadora um caráter de luta inadiável, a tarefa de enfrentamento de governos que tem ampliado o ataque brutal aos trabalhadores. Assumir esse papel num momento de acirramento brutal da luta de classes é primordial.

É fundamental também batalhar pela recuperação dos sindicatos na perspectiva da independência de classe. Para isso, é urgente a necessidade de enfrentamento das burocracias, assim como das correntes reformistas e centristas, pois, atuaram como freio desmobilizador; o primeiro por seu papel de braço do governo, e o segundo por limitar-se às ações nos marcos das instituições da democracia burguesa e da disputa aparatista, políticas que impedem o avanço do movimento dentro dos métodos de classe.

EDUCAÇÃO: AMPLIA-SE A POLÍTICA PRIVATISTA

Desde a posse de Bolsonaro, o Ministério da Educação tem passado por várias mudanças, tanto dos responsáveis por essa pasta como das diretrizes a serem tomadas. O governo quer reduzir as verbas para a área, travar uma batalha ideológica e tratar a Educação sob a lógica do mercado capitalista. O ministro nomeado inicialmente foi o colombiano Vélez Rodrigues, uma indicação do astrólogo, esotérico e auto-intitulado filósofo, Olavo de Carvalho, que tem concepção de extrema-direita e que se encontra radicado nos Estados Unidos e é guru de Bolsonaro e de seus filhos.

Em dois meses, Vélez foi perdendo força diante de disputas internas entre grupos adversários, medidas contestadas e recuos. Fez em torno de vinte exonerações, entre elas várias pessoas do alto escalão, responsáveis por áreas importantes do Ministério, como o FNDE, INEP (setor diretamente responsável pelo ENEM). E mais outras trapalhadas que tiveram que ser revogadas (livro didático, obrigação dos alunos serem filmados cantando o Hino Nacional e esses vídeos enviados ao MEC). Em entrevista, Vélez se colocou contra a ideia de universidade para todos, afirmando que aquele espaço deveria ficar restrito à elite intelectual, já que defendia a expansão do Ensino Técnico e redução de investimentos no ensino superior. Acabou sendo exonerado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) afirma que se não forem liberadas verbas pelo governo federal, seu dinheiro acaba em setembro, afetando mais de 80 mil pesquisas em andamento.

A realização do ENEM está sob risco, pois as provas ainda não estão prontas e devem ser enviadas para sua impressão ainda este mês. Um agravante é que não está definido onde serão impressas, pois a gráfica responsável entrou com pedido de falência e só existem duas ou três empresas, no país, capazes de uma logística tão complexa como é a desse exame.

Abraham Weintraub, economista, novo ministro da Educação, mal assumiu e já demitiu o secretário executivo da pasta, um militar que estava há menos de um mês no cargo. Afirma que o Brasil não precisa aumentar seus gastos com a educação. Está formando sua equipe com economistas.

A Portaria do MEC nº 1432, editada nos últimos dias de 2018, foi retificada no DO da União em 5 de abril deste ano. Já na sua primeira página deixa explícito um dos seus objetivos principais, que é o "enxugamento" do Ensino Médio.

Que tem como consequência a demissão de milhares de professores em nível nacional. Mesmo se as disciplinas forem mantidas, continua escondendo a carga horária de cada uma delas.

Essa portaria destina para a Formação Geral Básica (Áreas de Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) a carga horária total (para os três anos) **MÁXIMA** de 1800 horas. Isso significa que serão reduzidas em 60% no **MÍNIMO** as horas destinadas para a Formação Básica no período diurno e noturno. Portanto, por ano,

para o diurno serão 600 horas e para o noturno, 480 horas. Fazendo uma estimativa superficial pelo menos a metade dos professores ficará sem aulas, em outras palavras serão demitidos.

Essa portaria também determina que cabe às redes e às escolas definir o tipo de organização curricular que será utilizado: por disciplinas, por oficinas, por unidades/campos temáticos, por projetos, entre outras possibilidades de **flexibilização do currículo do Ensino Médio. Não está determinada a obrigatoriedade das escolas oferecerem o currículo através de disciplinas!** E os municípios não terão a obrigatoriedade de oferecer todos os itinerários formativos, pois bastará ter mais de um.

No Estado de São Paulo, o governador João Dória (PSDB) já determinou um currículo de "transição" entre o anterior e o da BNCC. Por exemplo, os temas "Revolução Industrial" e "Revolução Francesa", até então ministrados na disciplina de História, passam a ser abordados em Filosofia.

Com discurso de foco na gestão, o governo Dória vai implementar um novo sistema de seleção de cargos de chefia na Educação em São Paulo.

O programa começará por dirigentes regionais, que comandam grupos de escolas, e posteriormente se estenderá para diretores, vices e supervisores. Será para os designados.

A iniciativa, chamada Líderes Públicos, é uma parceria entre a Secretaria Estadual da Educação, sob comando de Rossieli Soares, e a Aliança, uma reunião de quatro organizações (Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto República). São grupos empresariais ligados à iniciativa privada.

Esse programa tem o sugestivo nome de "Entrevista de emprego".

A seleção já aplicada no projeto da escola de tempo Integral (PEI) é feita sob uma ótica de gerenciamento de empresas, pois o determinante não é o professor ser concursado e sim, a entrevista feita por uma equipe avalia se o professor pode trabalhar nessa escola.

Tanto a direção da CNTE como da Apeoesp não discutem essas questões na escola. A campanha que a Apeoesp contra a nova BNCC se limita a "Nenhuma disciplina a menos", como se isso fosse resolver o problema do desemprego da categoria.

CRISE DAS MONTADORAS: QUEM PAGA POR ISSO?

Um dos setores industriais que melhor representa a história do desenvolvimento capitalista é o automobilístico. Uma das razões é o número de trabalhadores envolvidos em toda sua cadeia produtiva de onde retira a maior parte de seus lucros pela exploração da mão-de-obra. Outra fonte de seus ganhos está na venda de ações e na sua associação ao sistema financeiro.

Quando estoura a crise econômica de 2007, sendo parte central da “engrenagem” do sistema capitalista, a indústria automobilística não passou intacta.

Na tentativa de evitar uma “débâcle”, os governos dos estados capitalistas viram-se obrigados a injetar bilhões de dólares, não apenas para salvar os bancos, mas também nessas empresas. Foi o que fez George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, na Ford, GM e Chrysler.

Com a continuidade da crise, as empresas automobilísticas já não conseguem manter as mesmas taxas de lucro. Processo que é agravado pela concorrência com os fabricantes asiáticos e europeus, pelas disputas comerciais que elevaram os preços do ferro, aço e alumínio e também pela exigência da redução da emissão de carbono, aumentando o custo de produção.

Essas empresas agem como chantagistas contra os trabalhadores. Utilizam-se da chamada “reestruturação” na tentativa de manterem seus lucros. Ameaçam fechar ou fecham fábricas, buscando países e regiões com mão-de-obra barata, abundante e com certo grau de qualificação.

Diferente do que Trump apregoou, do retorno das matrizes produtivas das indústrias para seu país, a GM anunciou o fechamento de quatro unidades nos Estados Unidos e outra no Canadá.

No Brasil, no dia 19 de fevereiro deste ano a Ford anunciou o fechamento da sua unidade de São Bernardo do Campo (SP) até o final de 2019, significando a demissão de aproximadamente 4000 trabalhadores diretos e em torno de 27000 postos de trabalho em toda sua cadeia produtiva. Serão atingidas desde Autopeças, Pneumáticos, “Cegonheiros”, empresas de fretamento de ônibus, Concessionárias, bares, restaurantes e todo comércio regional. Sem contar com a arrecadação de impostos, o que irá afetar as áreas como saúde e educação.

O governador do Estado de São Paulo, João Doria (PSDB), já preparando sua candidatura presidencial, posa como corretor imobiliário ao anunciar que pretende ajudar a vender a Ford. E isso não significa que os empregos dos 4000 trabalhadores estão garantidos. Anunciou também que concederá incentivos fiscais a montadoras que façam novos investimentos no estado. Serão concedidos descontos de até 25% no valor do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que apresentarem planos de construção ou ampliação de plantas industriais em valores superiores a R\$ 1 bilhão.

Para se beneficiarem das reduções tributárias, as companhias deverão gerar pelo menos 400 novos postos de trabalho.

O papel cumprido pela direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC foi o de porta-voz da empresa para anunciar o fechamento da fábrica, tendo apenas dez minutos para isso no final do expediente. Não apresentou nenhuma política de reação, como por exemplo, chamar os trabalhadores para a greve e ocupação da fábrica, deixando a categoria prostrada. Limitando-se a dirigir uma passeata pela cidade, realizar um ato ecumênico inter-religioso e ida de alguns de seus diretores até a sede da Ford nos Estados Unidos com o intuito de que a empresa revisasse sua decisão.

O presidente da General Motors (GM) Mercosul, Carlos Zarlenga, informou no dia 18 de janeiro que “investimentos e o futuro” do grupo na região dependem da volta da lucratividade das operações ainda este ano. O aviso foi entendido pelos trabalhadores como uma ameaça da empresa deixar o país. Um plano que foi apresentado à matriz requer apoio do governo, concessionários, empregados, sindicatos e fornecedores.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, dirigido pelo PSTU, mais uma vez aceitou a lógica da empresa de que para manter seus investimentos é necessário o sacrifício dos trabalhadores e assinou um acordo desastroso no qual: prevê redução do piso salarial que cai de R\$ 2,2 mil para R\$ 1,7 mil; congelamento de salários em 2019 e reposição gradual da inflação com 60% do INPC em 2020 e 100% do INPC somente em 2021; perda da estabilidade até a aposentadoria para os novos trabalhadores que se lesionarem; fim do limite para horas extras; redução gradativa do adicional noturno.

Esse tipo de acordo abre as portas para o aumento da rotatividade da mão-de-obra, pois permite à empresa a demissão dos funcionários mais antigos para a contratação de novos que não terão os mesmos direitos.

Uma boa parte dos R\$ 10 bilhões que a GM afirma que irá investir nas unidades do Brasil provavelmente será destinada ao desenvolvimento da automação da produção. Daí vem a afirmação de que poderá gerar apenas 400 novos empregos diretos. Além disso, deve desenvolver um projeto de gerenciamento para redução de custos, pois a pauta inicial de discussão apresentada pela empresa continha 28 pontos, desde o fim dos ônibus fretados até a terceirização total da sua mão-de-obra. Com esse acordo, a CSP-Conlutas se aproxima cada vez mais da direção da CUT, abandonando a luta direta.